



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **SUSPENSÃO EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Nº 73 - SP (2021/0000374-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DE PRECEDENTES**  
**REQUERENTE** : JOSE RODRIGUES CARVALHEIRO NETO  
**ADVOGADO** : JOSE RODRIGUES CARVALHEIRO NETO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP132382  
**REQUERIDO** : NÃO INDICADO  
**INTERES.** : B2W COMPANHIA DIGITAL

### **DECISÃO**

Cuida-se de petição intitulada "INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS – IRDR" (fls. 3-38) proposta por José R. Carvalho Neto, razão pela qual a coordenadoria de processos originários procedeu a autuação como "Suspensão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas" por não haver classificação específica do expediente IRDR no âmbito da Secretaria desta Corte (fl. 307).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Incialmente, defiro o pedido de assistência judiciária.

Por seu turno, em razão da matéria a que se trata o referido feito, determino seja o processo reautuado como PET.

Conforme os arts. 976 a 987 do Código de Processo Civil, o IRDR é instrumento processual com o inequívoco objetivo de imprimir celeridade e uniformização na solução de demandas de massa.

Infere-se da sistemática adotada que o IRDR somente é cabível no âmbito dos tribunais de justiça e tribunais regionais federais quando houver repetição de processos sobre a mesma questão de direito ou nas situações de risco à isonomia ou à segurança jurídica.

Em recente julgado (Agravo Interno na Petição n. 11.838/MS), a Corte Especial entendeu que somente é cabível a instauração do IRDR diretamente no STJ quando as demandas de sua competência originária ou de revisão ordinária preencherem os requisitos do art. 976 do CPC.

Consignou-se ainda que, por possuir natureza de incidente processual, sua instauração requer a existência de demanda em curso no tribunal para que nela possa incidir, uma vez que não há como julgar questão secundária de processo principal que já não se encontra mais em trâmite.

Por fim, asseverou-se que, se a demanda não ultrapassa o juízo de admissibilidade, não há como admitir o incidente. Transcrevo, por oportuno, a ementa do referido julgado:

AGRAVO INTERNO EM PETIÇÃO. RECLAMAÇÃO. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR). INSTITUTO AFETO À COMPETÊNCIA JURISDICIONAL DE TRIBUNAIS DE SEGUNDA INSTÂNCIA (ESTADUAIS OU REGIONAIS FEDERAIS). INSTAURAÇÃO DIRETA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE RESTRITA. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS (ART. 976 DO CPC). JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE NÃO ULTRAPASSADO. NÃO CABIMENTO DA INSTAURAÇÃO DO INSTITUTO.

1. O novo Código de Processo Civil instituiu microsistema para o julgamento de demandas repetitivas - nele incluído o IRDR, instituto, em regra, afeto à competência dos tribunais estaduais ou regionais federal -, a fim de assegurar o tratamento isonômico das questões comuns e, assim, conferir maior estabilidade à jurisprudência e efetividade e celeridade à prestação jurisdicional.

2. A instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas diretamente no Superior Tribunal de Justiça é cabível apenas nos casos de competência recursal ordinária e de competência originária e desde que preenchidos os requisitos do art. 976 do CPC. 3. Quando a reclamação não ultrapassa o juízo de admissibilidade, não cabe a instauração do incidente de demandas repetitivas no Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt na Pet n. 11.838/MS, relator para acórdão Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 10/9/2019.)

No presente caso, o autor requer a instauração de incidente de resolução de demanda repetitiva de processos que não são de competência originária deste Tribunal Superior conforme se depreende dos processos citados às fls. 15-16 dos presentes autos.

Ante o exposto, diante do atual entendimento de cabimento de IRDR nesta Corte, não conheço do incidente suscitado.

Reautue-se como PET.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente